



NEILA FONTENELE

86 MIL MEIS PODEM TER REGISTROS CANCELADOS NO CEARÁ

Aproximadamente 86 mil Microempreendedores Individuais (MEIs) podem ter seus registros cancelados no Ceará. A Receita Federal já lançou o alerta e vem fazendo buscas para identificar quem não está em dia com suas obrigações.

O cancelamento do CNPJ pode ocorrer se a empresa passar dois anos sem entregar as declarações necessárias para que ela continue ativa. No caso das Microempresas (ME) e das Empresas de Pequeno Porte (EPP), o prazo de tolerância é de cinco anos sem declarações. O prazo para regularização termina no próximo dia 31 de maio.

É importante a revisão das declarações obrigatórias, bem como os pagamentos das contribuições mensais. O Sebrae tem tentado ajudar nos esclarecimentos das dúvidas e lançou um material e perguntas e respostas para auxiliar os interessados em se regularizar.

A perda do CNPJ pode gerar penalidades, como a inscrição dos devedores no cadastro de inadimplentes do governo, criando mais problemas para quem precisa de apoio nesse momento. Em boa linguagem popular, seria o equivalente à frase "além da queda, o coice".

Top five

COMO VENDER PARA O GOVERNO

O Governo do Estado tem ampliado as compras de pequenas empresas. Já foram adquiridas mais de R\$ 6 bilhões, pelos dados do painel de compras divulgado pela Secretaria do Planejamento e Gestão, em 2020. A meta é ampliar o volume de compras e fazer a economia circular no Estado. Confira os caminhos.

Acessar a página www.portaldecompras.ce.gov.br/fornecedores, clicar no botão MICRO E PEQUENAS EMPRESAS e obter todas as informações necessárias para participar do Programa de Compras.

Fazer o PRÉ-CADASTRO/ATUALIZAÇÃO, seguindo os passos:

- 1 Realizar o cadastramento ou atualização (se necessário) do Representante do Cadastro;
- 2 Realizar o cadastramento ou atualização da empresa;
- 3 Validar o e-mail, imprimir e assinar o Termo de Adesão do Fornecedor;
- 4 Entregar o Termo de Adesão do Fornecedor, juntamente com a documentação solicitada durante o cadastramento, na Coordenadoria de Gestão de Compras da SEPLAG, ou enviar, em formato PDF, para o e-mail crc@seplag.ce.gov.br;
- 5 Aguardar e-mail com usuário e senha do Representante de Cadastro para acessar os sistemas de compras.

Consultar os sistemas de compras e demais informações disponíveis no portal de compras, para começar a vender ao Governo do Estado.



MARCONDES Fortaleza, auditor fiscal



DANIEL Angelim, professor e contador



HEBERT Costa, fundador da Fix It



EDUARDA Mendonça, pesquisadora

TV

O POVO ECONOMIA

O POVO Economia entrevista na próxima segunda-feira o auditor fiscal da Receita Federal, Marcondes Fortaleza; o contador e professor Daniel Angelim; a pesquisadora do Observatório da Indústria, Eduarda Mendonça; e o biomédico Herbert Costa, fundador da startup Fix It. O programa será exibido, às 18 horas, pelo Canal FDR/Futura.

PING-PONG



Francisco José Rabelo, presidente da Adece

Há três meses na presidência da Agência de Desenvolvimento do Estado (Adece), o advogado Francisco José Rabelo do Amaral tem a missão de reformar o papel da entidade. Criada anteriormente para ser um braço do governo a fim de atrair investimentos, com o atual processo de remodelagem da autarquia, ela será a estrutura operacional de fomento ao desenvolvimento do Estado. A proposta é de fortalecimento da Adece, com modernização do Fundo de Desenvolvimento Industrial – FDI. Confira a entrevista.

Como será a nova Adece? A entidade manterá o seu perfil como braço de ação do governo para atração de investimentos?

A nova Adece incorpora a Codece e amplia a sua atuação no fomento para todo o segmento empresarial do Estado, com lupa especial na Economia Popular. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, em todas as suas secretarias executivas temáticas, possui unidades de atração de investimentos. Cabe à Adece a coordenação na execução da atração de investimentos. Esse novo projeto está alinhado às propostas estratégicas do Estado (como o Ceará 2050

e o Planejamento Estratégico da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Empreendedorismo – Sedet), em áreas como agronegócio, indústria 4.0, turismo, saúde, tecnologia da informação e recursos hídricos. Ou seja, a Adece é a principal estrutura operacional de fomento ao desenvolvimento, delineada pelas ações estratégicas da Sedet. Estas mudanças levam a um fortalecimento da Adece, em especial na modernização do Fundo de Desenvolvimento Industrial – FDI. A fusão com a Codece implica um potencial de alavancagem de recursos para o Estado, uma possibilidade maior de interações com o mercado financeiro nacional e internacional. A Adece potencializará cada vez mais a sua principal função de alavancar recursos e atrair investimentos fundamentais para o desenvolvimento do Estado.

A instituição assumirá papel de banco? Vai procurar se regulamentar junto ao Banco Central?

A Adece não assumirá o papel de Banco, ela pretende ser uma agência de fomento, regulada pelo Banco Central do Brasil, para atender as propostas de políticas públicas da Sedet, definidas e decididas pelo Governo do Estado. O processo de credenciamento de uma Agência de Fomento junto ao Banco Central pode-se considerar como de médio prazo, dado o grau de exigência do Bacen e as adaptações às normas internacionais. Deve-se atentar que a legislação presente do mercado financeiro permite à Adece atuar em operações financeiras através de parcerias com empresas financeiras, bancos, fintechs, fundos de investimentos, seguradoras, ações estas a serem implementadas no curto prazo, visando sempre a estruturação da Adece como Agência de fomento. Neste contexto, BNB, BB, Caixa e BNDES se apresentam como grandes parceiros, com ações cada vez mais importantes para o desenvolvimento do Estado. Assim, o nosso projeto de médio prazo passa pela regulamentação da Adece junto ao Bacen.

MP GERA NOVA AMEAÇA A VIABILIDADE DO FNE

Os funcionários do Banco do Nordeste correram ontem para conseguir enviar, dentro do prazo, uma proposta de mudança na Medida Provisória (MP) nº 1052/2021, que altera as regras e as taxas de administração dos fundos constitucionais de financiamento (FCO, FNO e FNE). A presidente da AFBNB, Rita Josino, em entrevista à coluna, explicou que a MP publicada quarta-feira, pelo Governo Federal, direciona a redução da taxa de administração de bancos como o BASA e BNB, no caso da operacionalização dos fundos. Desse modo, em 2023, a taxa deve chegar a 0,8%, enquanto que, pelas regras vigentes, esse índice é de 1,5% para o mesmo período. Com esse movimento de redução, em 2026 a taxa de administração dos fundos deve ficar em 0,5%. A ideia aparentemente boa gerou pânico entre os funcionários dos bancos gestores por ser considerada inviável, podendo representar o fim desses fundos a médio prazo. As propostas de emendas foram encaminhadas aos parlamentares, com alternativas de redução menos vigorosas. "Pesou a comparação com o mercado, que não se aplica no caso das instituições públicas", ressalta Rita Josino.



DIVULGAÇÃO



"Às vezes as pessoas me chamam de vaidoso e acho que sou mesmo! Eu me envaideço com tudo o que faço, pois só procuro fazer o melhor! Que cada um faça sua parte, mas sempre bem feita, pra que os outros saibam que você fez o melhor! Vaidade, a meu ver, é uma coisa positiva!"

BETO STUDART, presidente da BSPAR, logo após gravação de programa realizado pelo Lide Ceará



RÁDIO

Guia Econômico da Rádio O POVO CBN (FM 95.5), a partir das 14h20, de segunda a sexta.



FACEBOOK

Curta a nossa página: facebook.com/opovocbn



TV

Você pode assistir ao programa O POVO Economia também através do portal: fdr.org.br/tvopovo